

Lição 42: A ciência não se ocupa das coisas causadas pela fortuna nem das coisas conhecidas por meio da percepção sensível

“a5. O universal comensurável— b28. O conhecimento científico não é— b34. não, é óbvio— a11. No entanto, certos pontos— b19. Não há conhecimento

Após estabelecer o fundamento da unidade e da diversidade das ciências quanto ao sujeito genérico e quanto aos princípios, o Filósofo aqui continua com cada um. Primeiro, com os sujeitos sobre os quais há ciência. Segundo, com os princípios (88a18) [L. 43].

Em relação ao primeiro, deve-se notar que acima ele estabeleceu duas marcas do gênero que é o sujeito da ciência: uma delas é que ele seja composto de primeiros princípios, e a outra é que suas partes e propriedades sejam *per se*. Ora, uma dessas condições falta nas coisas que acontecem por fortuna, porque elas não ocorrem *per se*, mas *per accidens* e além da intenção de alguém, como é provado na *Física* II. A outramarca falta nas coisas que são conhecidas por meio dos sentidos, as quais são primeiras em nosso conhecimento. Portanto, ele mostra primeiro que a ciência não se ocupa das coisas que ocorrem por fortuna. Segundo, que ela não é das coisas que são conhecidas por meio dos sentidos (87b28).

Ele diz, portanto, primeiro (87b19) que a ciência demonstrativa não pode se ocupar das coisas que ocorrem por fortuna, isto é, das coisas que acontecem *per accidens*. Ele prova isso da seguinte maneira: Todo silogismo demonstrativo procede ou de proposições necessárias ou de proposições que são verdadeiras na maioria das vezes. Ora, de proposições necessárias segue-se uma conclusão necessária, como foi provado acima; de modo semelhante, de proposições que são verdadeiras na maioria das vezes, segue-se uma conclusão que é verdadeira na maioria das vezes, ou talvez uma que seja necessária, no sentido de que o necessário pode seguir-se do contingente, assim como o verdadeiro pode seguir-se do falso. No entanto, nunca acontece que de proposições

que são verdadeiras na maioria das vezes, uma conclusão se siga que seja verdadeira em poucos casos; porque isso significaria que, em certos casos, as proposições seriam verdadeiras e a conclusão falsa, o que é impossível, como foi demonstrado. É necessário, portanto, que a conclusão de um silogismo demonstrativo seja ou necessária ou verdadeira na maioria dos casos. Mas aquilo que é por fortuna não é nem necessário nem verdadeiro na maioria dos casos, mas ocorre raramente, como é provado na *Física* II. Portanto, a ciência demonstrativa não pode se ocupar daquilo que é por fortuna.

Deve-se notar, no entanto, que acontece haver demonstração das coisas que ocorrem, por assim dizer, na maioria das vezes, na medida em que há nelas algo de necessidade. Mas o necessário, como é afirmado na *Física* II, não é o mesmo nas coisas naturais (que são verdadeiras na maioria das vezes e deixam de ser verdadeiras em poucos casos) como nas disciplinas, isto é, nas coisas matemáticas, que são sempre verdadeiras. Pois nas disciplinas há uma necessidade *a priori*, enquanto na ciência natural há uma necessidade *a posteriori* (que, no entanto, é anterior segundo a natureza), a saber, a partir do fim e da forma. Daí Aristóteles ensinar ali que, para mostrar um *propter quid*, tal como se isto tem que ser, diga-se que, se uma oliveira deve ser gerada, é necessário que isto, a saber, a semente de oliveira, pré-exista, mas não que uma oliveira seja gerada necessariamente a partir de uma dada semente de oliveira, porque a geração pode ser impedida por algum defeito. Portanto, se uma demonstração é formada a partir daquilo que é anterior na geração, ela não conclui com necessidade, a menos que talvez tomemos como necessário o fato de que uma semente de oliveira é frequentemente geradora de uma oliveira, porque ela faz isso segundo uma propriedade de sua natureza, a menos que seja impedida.

Em seguida (87b28), ele mostra que a ciência não se ocupa das coisas que são conhecidas segundo o sentido. Sobre isso, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra que a ciência não consiste no sentir. Segundo, como o sentido está ordenado à ciência (88a13). Sobre o primeiro, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra que a ciência não é por meio do sentido. Segundo, ele coloca a ciência acima do sentido (88a5). Sobre o primeiro, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra a verdade. Segundo, mostra os erros de certos pensadores (87b34).

Ele diz, portanto, primeiro (87b28) que, assim como a ciência não é das coisas que são por fortuna, tampouco consiste no conhecimento que é por meio do sentido. E ele prova isso da seguinte maneira: É óbvio que o sentido conhece as qualidades de uma coisa e não sua substância. Pois o objeto *per se* do sentido não é a substância e a essência, mas alguma qualidade sensível, como quente, frio, branco, preto e assim por diante. Mas qualidades desse tipo afetam substâncias singulares existentes em um lugar e tempo definidos: daí é necessário que isto que é sentido seja um "isto algo", i.e., uma substância singular, e que esteja em algum lugar agora, i.e., em um tempo e lugar definidos. Disso fica claro que aquilo que é universal não pode cair sob o sentido. Pois aquilo que é universal não está restrito ao aqui e agora, porque então não seria universal. Pois chamamos de universal aquilo que é sempre e em toda parte.

No entanto, isso não deve ser entendido segundo o modo de uma afirmação, como se pertencesse à própria noção de universal ou daquilo que é universal, a saber, que ele seja sempre e em toda parte. Pois se existir sempre e em toda parte pertencesse à própria noção daquilo que é universal, digamos, à noção de homem ou animal, seria então exigido que cada homem e animal individual fosse sempre e em toda parte, porque a noção de homem e de animal é encontrada em cada um

de seus singulares. Ou se isso fosse exigido pela própria noção do universal, como se exige de um gênero que contenha espécies sob ele, seguir-se-ia que nada seria universal, se não fosse encontrado em toda parte e sempre. De acordo com isso, "oliveira" não seria universal, porque não é encontrada em todas as terras. Portanto, a afirmação em consideração deve ser entendida à maneira de uma negação ou abstração, i.e., que o universal abstrai de todo tempo e lugar definidos. Daí, de si mesmo, assim como é encontrado em cada coisa em um lugar ou tempo, assim é apto a ser encontrado em todos. Assim, portanto, fica claro que o universal não cai sob o sentido. Consequentemente, porque as demonstrações são principalmente universais, como foi mostrado acima, é óbvio que a ciência adquirida pela demonstração não consiste no conhecimento obtido por meio do sentido.

Em seguida (87b34), ele exclui os erros daqueles que acreditavam que a ciência consistisse na percepção sensível. E essa noção parece pertencer àqueles que não acreditavam que o entendimento difere do sentido e, consequentemente, que não há conhecimento exceto o conhecimento sensível, como é afirmado em *Sobre a Alma* III e *Metafísica* IV. Então, para excluir isso, ele diz que, mesmo que pudéssemos perceber pelo sentido que um triângulo tem três ângulos iguais a dois retos, ainda seria necessário aprender isso por demonstração se alguém pretende ter ciência; pois não poderia ser conhecido cientificamente pelo sentido, porque o sentido incide sobre os singulares, enquanto a ciência consiste em conhecer o universal, como já foi demonstrado.

Mas, porque ele havia dado o exemplo de algo que não pode ser percebido pelo sentido, ele torna seu ponto mais claro com um exemplo tirado de coisas que podem ser sentidas, a saber, de um eclipse da lua, que é causado pela oposição da terra, que se interpõe entre o sol e a lua, de modo que o brilho do sol não pode alcançar a lua por causa da sombra da terra; e a lua é eclipsada quando entra na sombra. Suponhamos, então, que alguém estivesse na lua e, com seus sentidos, pudesse perceber a sombra causada pela interposição da terra. Essa pessoa, então, perceberia sensivelmente que a lua é escurecida pela sombra da terra, mas isso não significaria que ela, portanto, conheceria totalmente a causa do eclipse. Pois a causa *per se* de um eclipse é aquilo que universalmente causa um eclipse. Mas o universal não é conhecido pelo sentido; antes, recebemos o conhecimento universal de muitos casos observados individualmente nos quais se constata que a mesma coisa ocorre. E assim é pela causa universal que demonstramos algo no modo universal que constitui a ciência.

Em seguida (88a5), ele mostra que a ciência é mais nobre que o sentido. Pois é claro que o conhecimento pela causa é mais nobre; mas a causa *per se* é a causa universal, como foi dito. Portanto, o conhecimento pela causa universal, como é a ciência, é mais honroso. Mas, porque é impossível apreender tal causa universal pelo sentido, segue-se que a ciência, que mostra a causa universal, não é apenas mais honrosa do que qualquer conhecimento sensível, mas mais honrosa do que qualquer outro conhecimento intelectual, desde que trate de coisas que têm uma causa: pois conhecer algo pela causa universal é mais nobre do que qualquer outro modo de conhecer aquilo que tem uma causa, sem conhecer a causa.

No entanto, o caso é diferente em relação às primeiras coisas, que não têm causa. Pois estas são compreendidas em virtude de si mesmas; e tal conhecimento dessas coisas é mais certo do que qualquer ciência, porque é a partir desse conhecimento que a ciência adquire sua certeza.

Finalmente, ele conclui seu ponto principal, a saber, que é impossível, pelo sentido, conhecer algo demonstrável, a menos que talvez se tome "sentido" em um sentido equívoco, chamando a ciência demonstrativa de "sentido" com base em que a ciência demonstrativa diz respeito ao determinado uno, assim como o sentido o faz; por essa razão, cálculos seguros são chamados de ciência.

Em seguida (88a11), ele mostra como o sentido está ordenado à ciência. Pois algumas dúvidas problemáticas são causadas pelas deficiências do sentido. Pois não haveria necessidade de investigar certas matérias, se as víssemos; não porque a ciência consista em ver, mas porque, a partir das coisas vistas por meio da experiência, obtém-se o universal, sobre o qual há ciência. Por exemplo, se víssemos um vidro poroso e observássemos como a luz passa pelas aberturas no vidro, teríamos a resposta científica sobre por que o vidro é transparente. (Ele usa esse exemplo porque é a opinião daqueles que supunham que a luz é um corpo e que certos corpos são transparentes devido a aberturas chamadas poros. Mas, porque não podem ser percebidos pela visão, já que são tão pequenos, perguntamo-nos por que o vidro é transparente. Um exemplo similar pode ser dado de certas coisas que têm uma causa sensível latente).

Finalmente, porque ele havia dito que a ciência de tais coisas não é obtida pela visão, ele mostra que isso é verdadeiro. Pois, ao ver, conhecemos singulares isolados; mas, para conhecer cientificamente, devemos conhecê-los todos de uma só vez no universal, se quisermos saber que tal e tal é o fato em todos os casos. Pois vemos cada vidro individualmente, mas recebemos a ciência de que é assim para todo vidro.

Revision #2

Created 20 September 2026 15:50:29 by Admin

Updated 20 September 2026 23:06:52 by Admin